

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A IMAGEM DA CIDADE PELO MIGRANTE JOVEM

Eliete Moreira dos Santos
IESA - UFG
elietemoreira@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo é parte de um trabalho dissertativo e contém uma breve reflexão sobre a concepção de produção e reprodução do espaço da cidade pelos agentes que o compõe, como Estado, agentes imobiliários e cidadãos. Será desenvolvida uma discussão de como esses agentes constroem os espaços a partir de suas práticas espaciais cotidianas e como se dá participação dos indivíduos para a consolidação de uma cidade cidadã. Também será discutido o processo de construção das imagens da cidade para os migrantes jovens universitários a partir de suas práticas na cidade realizadas ao longo de suas vivências cotidianas.

Palavras-chave: Produção do espaço, agentes sociais, cidadania, prática especial e imagem.

THE PRODUCTION OF URBAN SPACE AND THE IMAGE OF CITY FROM YOUNG MIGRANT

Abstract

This article is part of a paper work and content a short reflection about the conception of production and re-production space of city from agents that composed, like State, state agency and citizens. Will develop a discussion about as this agents building the spaces from your daily spatial practice and as happen the participation of persons to make real the citizen city. Will develop too, a discussion about the process of building city's images for young migrants of university from your practice in the city realized along your daily life.

Keywords: Production of space, social agents, citizen, spatial practice and image.

INTRODUÇÃO

O espaço urbano compreende o lugar da vida movimentado pela prática humana a partir do modo pelo qual o ser humano desenvolve sua relação com as pessoas e com o espaço concreto. É o lugar no qual a vida social encontra-se em constante troca e conflito com as construções, vias de circulação, meios de transporte, telecomunicação, etc. Nele podem-se tecer diversos modos de vida, de idéias, de conceitos, preconceitos, de usos, de apropriação e poder, tanto na relação entre pessoas/pessoas como na relação entre pessoas e o espaço.

Para poder viver e conviver no espaço urbano o homem tem buscado diversas formas de sua apropriação que confere ao espaço diferenças na sua paisagem. A paisagem urbana então é constituída por diversas maneiras de se pensar, de agir, de sentir e viver inscritas na forma e na materialidade do espaço.

As pessoas que vivem no espaço urbano atribuem significados, representações, desejos, sonhos que dão um sentido ao espaço para quem nele habita. Esses sentidos são diferenciados, pois as

Recebido em 13/05/2007
Aprovado para publicação em 16/11/2007

percepções e as pessoas também o são. Cada um constrói individual e coletivamente uma significação do seu espaço conforme sua imagem e experiência cotidiana. Esses significados podem ser positivos ou negativos do urbano que vão delineando o espaço social e concreto no qual vive hoje grande parte da sociedade. Assim, o urbano compreende os sentidos, é uma produção social do espaço representada não somente pela produção de bens e mercadorias no plano estritamente econômico, mas também pela produção de vida, de idéias, de percepções, de anseios. Para Cavalcanti (2001), para o entendimento do espaço urbano é preciso considerar que ele é uma produção e que esta produção é contraditória, sendo que uma produção racional/técnica desse espaço pode resultar numa segregação sócio-espacial. Existem também produções que tentam superar a racionalidade e garantir o direito à produção da vida. Carlos (2004) compreende da mesma forma a produção urbana como um processo que envolve relações de troca materiais e imateriais.

Logo, a produção do espaço urbano, como diz Cavalcanti, “implica entender esse espaço como relacionado à sua forma (a cidade), mas não se reduzindo a ela, à medida que ela expressa mais que uma simples localização e arranjo de lugares, expressa um modo de vida.” (2001, p. 16).

Entretanto, o processo de produção se abre para o processo de reprodução demonstrando a dialética da natureza e da sociedade que realimenta o ciclo da apropriação do espaço. Nessa análise, encontra-se inserida como forma material do espaço urbano a cidade, que é condição e meio para a produção e reprodução das relações sociais no espaço.

Para Lefebvre (2001), o urbano que é representado pelas relações sociais a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento, não se desvincula de uma morfologia, ou seja, o urbano precisa estar ligado ao plano “prático-sensível”, à forma concreta para a materialização dessas relações. Logo, cidade e urbano se diferem pelo sentido, sendo a primeira a forma e o segundo o conteúdo. Mas a diferenciação não exclui ou separa uma da outra, ao contrário os dois se interligam de maneira interdependente e contraditória. Para o autor não pode haver confusão ou separação na compreensão das duas concepções, reduzindo a idéia à metafísica ou à imediatez sensível. A vida urbana e a cidade são formas complementares e necessitam uma da outra para se reconhecerem.

A cidade engloba tanto o espaço do processo generalizado da troca quanto o espaço de materialização da vida humana, produto histórico-social que revela a realidade social, por isso as contradições do processo histórico, “a materialização do processo é a dimensão da produção/reprodução do espaço passível de ser vista, percebida, sentida, vivida” (CARLOS, 2004, p. 14).

Como lugar de produção econômica e de vida, a cidade encontra-se dentro do processo dialético e contraditório a partir da lógica do modo de produção capitalista, no qual compreende a desigualdade das relações econômicas, sociais, espaciais e culturais entre os agentes do espaço urbano. Esse modo de produção reproduz em suas diversas formas a separação dos meios de produção das forças produtivas, instaurando uma grande desigualdade de acesso aos bens da cidade, criando assim a segregação sócio-espacial e dificultando cada vez mais o direito à cidade pelos cidadãos.

A produção do espaço urbano e os agentes sociais

A cidade é formada por múltiplas formas de olhares, significações e experiências construídas por seus habitantes, desde o mais pobre e desprovido do acesso aos bens privados e públicos até o mais abastado de condições sociais de vida. Tal multiplicidade interfere na construção das diferentes estratégias de planejamento e gestão.

Para poder contemplar a diversidade de perspectivas sobre a cidade os diferentes sujeitos do espaço urbano precisam ser ouvidos e considerados. Segundo Corrêa (1995), os agentes sociais que fazem e refazem a cidade são: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Todos eles participam do processo de construção e constituição da cidade que dão

movimento ao espaço urbano, pois cada um percebe e atua conforme seu papel na sociedade, para fazer da cidade seu espaço de vivência de poder e significação.

Os cidadãos, que são as pessoas que integram a materialidade da cidade e dão o movimento do urbano, correspondem aos habitantes que buscam através de seus direitos e deveres uma melhor forma de habitar, viver, usufruir, consumir na cidade. O direito a uma cidade onde possa realizar sua prática espacial e social e de "exercitar o direito a ter direitos" (CAVALCANTI, 2001, p. 20). Entretanto, seu papel na sociedade contemporânea tem sido restrito e condicionado ao de consumidor de mercadorias, espaço, imagens, etc, tem reduzido o cidadão ao papel de mero expectador das ações de uma sociedade burocrática que dirige seu consumo, sua forma de pensar, de agir, e de se relacionar com a cidade.

Para se compreender as relações de poder e as transformações que se dão na cidade é importante entender a atuação de seus sujeitos: os cidadãos a partir de sua prática espacial e os planejadores urbanos através dos planejamentos e da gestão. Esses sujeitos interferem na cidade produzindo um modo de vida urbano, seja pela organização física e pelo arranjo espacial dos objetos seja pelo arranjo das ações no cotidiano. Esses arranjos são o teor do urbano, pois integram de forma contraditória e complementar sistemas de objetos e sistema de ações que são os elementos que formam e interferem tanto no espaço urbano como no espaço em geral. A esse respeito, Santos afirma:

(...) sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. (1997a, p. 52).

Conforme a concepção de Santos, as estruturas existentes no espaço condicionam a forma de organização da sociedade, pois essas estruturas interferem nas relações imediatas no espaço de tal maneira que criam novas estruturas ou novas formas de adaptação às relações sociais às já existentes. Ou seja, a organização racional que se dá na cidade através dos meios burocráticos de planejamento, gestão e parcelamento do solo conduz os indivíduos da cidade a se adequarem às formas e aos códigos institucionais que lhes impõem condutas de vida, condições de moradia, de acesso aos equipamentos de saúde, lazer, ensino, transporte, circulação, etc.

Os sistemas de ações ou as relações sociais que se dão no espaço urbano usam destas estruturas e constroem novas organizações materiais no espaço, através da participação e das diferentes formas de reivindicações para melhor uso e acesso à cidade. Entretanto, as estruturas urbanas não atendem e não satisfazem de maneira democrática às necessidades de toda a população urbana, ao contrário, são elas mesmas que criam as condições de exclusão e segregação sócio-espacial das cidades, dificultando cada vez mais as oportunidades de participação cidadã. Isso ocorre porque são os pensam e dominam o espaço que determinam a política urbana e detém os meios de produção econômica do espaço.

As concepções de práticas de planejamento e gestão urbanos de Goiânia não têm sido diferente dessa compreensão. Desde sua construção a cidade foi pensada por aqueles que tinham os objetos e formas de apropriação do espaço a ser construído. Os técnicos, o Estado e os agentes imobiliários já tinham como planejamento físico-territorial uma idéia de cidade que obedecesse aos parâmetros de uma sociedade dita moderna no planalto central, nos meados da década de 1930.

Segundo Moysés (2004), o planejamento urbano da cidade de Goiânia no período² de análise feito, entre 1933 a 1992, foi recheado de contradições, fragilidades e ambigüidades. Na primeira fase entre 1933 a 1950, esse planejamento atendeu a determinados segmentos que correspondiam aos da burguesia em formação no Estado de Goiás que pretendia construir uma cidade que atendesse ao ideário da modernidade e ao contexto político da época, do liberalismo, na qual era representado pelo Estado Novo.

² O presente trabalho não se propõe aprofundar nas discussões sobre a periodização do planejamento urbano Goiânia, portanto ficará restrito às referências dos autores citados.

Para Oliveira (2005), baseado nas discussões de Moraes (1991), no PDIG de 1992, e em Paula (2003) esse período teve forte influência e intervenção do Estado no processo de formação e crescimento do espaço urbano de Goiânia. O período seguinte, de 1950 a 1975, a construção do espaço urbano de Goiânia foi realizada com forte presença da iniciativa privada através dos empreendedores imobiliários que tinham o poder de interferir no parcelamento do solo e assim realizar o planejamento conforme seus próprios objetivos. Neste sentido a estrutura urbana da cidade gerou uma concentração dos espaços urbanos e também a segregação de espaços para a população que não conseguia manter sua habitação em áreas valorizadas. Assim, ocorre nesse período a verticalização e a ocupação irregular de terras, e em contrapartida, também a expansão da periferia destinada para a população mais pobre.

No início da década de 1980, Goiânia apresentava-se com elevado crescimento urbano, grande concentração de terra e renda, aumento dos loteamentos clandestinos, iniciando o processo de metropolização e conurbação com os municípios vizinhos e o surgimento dos condomínios fechados.

Conforme Oliveira (2005), até a segunda metade da década de 1990 Goiânia se caracterizava pelo aumento dos espaços de segregação, tanto dos condomínios de alta renda como os de exclusão e pela grande quantidade de loteamentos aprovados nas regiões sudeste, noroeste e leste. Em 2000 a cidade, já uma metrópole com importância regional que polariza cidades das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, atingiu mais de um milhão de pessoas. Com esse crescimento populacional também cresceram os problemas de gestão e planejamento.

Em todos os períodos descritos, o Estado, os empreendedores imobiliários e os proprietários dos meios de produção construíram uma cidade conforme seus objetivos e necessidades, atendendo aos interesses de uma elite que comandava a produção do espaço urbano. Em todos os planejamentos de Goiânia, a atuação da população menos abastada foi limitada e comprometida pelos objetivos do capital e foi renegada aos espaços de segregação desprovidos de toda estrutura que era destinada prioritariamente aos outros agentes construtores do espaço urbano.

Segundo Paula (2003), o fato de Goiânia ter sido construída a partir de um planejamento não a exclui das dificuldades presentes em uma cidade não planejada. Atualmente, Goiânia possui problemas típicos de uma cidade grande comandada pelas necessidades do capital, sendo assim composta de contradições e fragmentações que contribuem para o aumento das dificuldades e atendimento a todos que dela necessitam.

Entretanto, as contradições também contribuem para a heterogeneidade desse espaço e para a intervenção de todos que participam da produção e reprodução da cidade. Por isso, nos planejamentos de Goiânia notou-se grande atuação de uma parte dos agentes do espaço, enquanto que o segmento mais fragilizado, em razão de seu pouco acesso aos meios de produção e formas de intervenção, teve pouca atuação na construção da cidade.

Mas, segundo Paula (2003), isso não provocou uma total ausência da população de baixo poder aquisitivo, pois os grupos sociais excluídos contribuíram para que a expansão urbana se efetivasse a partir de várias formas, através de loteamentos clandestinos, da pressão para o parcelamento do solo em áreas sem infra-estrutura, mas também através de atuação nas reivindicações para implantação de infra-estruturas necessárias a sua sobrevivência.

São necessários mecanismos de atuação de toda população na produção do espaço urbano, como os planejamentos mais democráticos (um exemplo deste tipo de planejamento é o orçamento participativo) (Souza, 2003). Esses planejamentos incluem a sociedade de maneira geral nos diagnósticos e delimitação de prioridades para uma melhor gestão do espaço das cidades. Entretanto, esses planejamentos estão restritos à algumas cidades brasileiras. Outras formas de integração da sociedade em alguns planos que se dizem democráticos se reduzem muitas vezes à burocracia das instituições de planejamento e gestão limitando a participação direta do cidadão acarretando sua participação ao mero papel de expectador das ações impostas pelos técnicos.

Segundo Souza (2003), a participação direta e democrática dos cidadãos nas decisões sobre a cidade ainda é uma situação hipotética, mas possível e desejável e que servirá de balizamento

para aplicação de planejamentos participativos. Em uma sociedade autônoma nenhum grupo será excluído do exercício do poder. Neste sentido, afirma Souza (2003),

Quanto à participação, ela não será mais a participação do povo como um ator cuja presença é tolerada sob certas circunstâncias, mas que permanece, no essencial e/ou na maior parte do tempo, alienado em relação ao exercício do poder: a participação, em uma sociedade basicamente autônoma, torna-se virtualmente possível e desejável para nenhum grupo que seja, estrutural e essencialmente, excluído do exercício do poder. (p. 333)

No atual momento, o que se percebe, no entanto, é uma cidadania que torna-se cada vez mais fragmentada ou mutilada, conforme a concepção de Santos (1997b), pois o cidadão brasileiro está cada vez mais restrito ao cidadão consumidor de mercadorias, aquele que é reconhecido pelo que compra e consome, o usuário ou cliente, o qual seus direitos e deveres com a sociedade só são realizados a partir da sua inserção do mundo da mercadoria. Para esse tipo de cidadania, Santos (1997b) chama a atenção para o fato de que julgando pela situação dos excluídos socialmente, culturalmente, economicamente no Brasil, quase não há cidadãos, pois a cidadania pressupõe dotar o indivíduo de direitos que lhe permitem ser como o estado para “não só se defrontar com o estado, mas afrontar o estado”. (idem, p. 133).

Segundo Santos (op.cit) no Brasil são poucos aqueles que conseguem ser indivíduos completos em seus direitos e deveres, ou seja, os cidadãos, pois muitos não querem ser cidadãos como a classe média e muitos não podem como, por exemplo, os negros. Assim, são formadas cidadanias mutiladas, cidadãos que não estão completos em seus direitos e estão à margem do mundo globalizado. Para Santos (op.cit), as cidadanias são mutiladas em todas as esferas da vida, no trabalho, na remuneração, nas oportunidades de promoção, nos espaços de moradia, na circulação, na educação e na saúde.

Na concepção ainda de Santos (1997b), nas cidades se encontra a maioria das mazelas da população, entretanto elas não são absolutas, mas contraditórias, ou seja, nas cidades ainda seria possível, pelas diferenças culturais, reconstruir a idéia de nação e pensar nas mudanças. Pois as minorias, a partir da consciência de sua segregação, poderiam resistir às contradições e superá-las para a transformação da realidade excludente. Seriam as contra-racionalidades, que segundo Santos (1997 c), se localizam sob o ponto de vista social os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; sob o ponto de vista econômico as atividades marginais e sob o ponto de vista geográfico se localizam as áreas tornadas irracionais para usos hegemônicos. Para Santos, apesar de a globalização agravar a crise urbana e ser extremamente perversa, as transformações que acarretaram para as cidades multiplicaram as individualidades e as possibilidades de interpretação do mundo. Portanto, são mais ricas as trocas e os conflitos ocasionando numa diversidade muito grande de grupos que moram, circulam e necessitam da cidade. Assim, como um desses grupos que contribui para a multiplicidade da cidade está o jovem, que a partir de sua prática espacial dão dinamicidade para esse espaço, esse grupo será analisado no próximo item.

Os jovens na cidade e sua prática espacial

Os diferentes grupos que compõem a cidade são os agentes sociais que constroem a diversidade e dão movimento a esse espaço, pois a partir de suas ações cotidianas a cidade em sua morfologia vai se configurando como um espaço de agregação dos diferentes usos, apropriação, produção e reprodução. Garantir a participação de cada grupo na cidade é garantir a democracia e aceitar que todas as percepções, imagens e idéias que compõem o espaço urbano são importantes na construção de uma cidade plural. Todas as etnias, todas as classes sociais, pessoas de qualquer idade, pessoas de qualquer origem, nacionalidade, naturalidade, de qualquer religião, estão nos espaços contraditórios da cidade, por isso precisam ser ouvidos e atendidos nesse espaço. São essas diferenças que dão dinamismo e pluralidade às formas concretas da cidade.

Compreender as visões e anseios que cada grupo da cidade possui é fundamental para o entendimento da geografia da cidade que incorpora a relação entre cidade, cidadania e cultura, pois estes três elementos podem revelar as práticas sociais dos diferentes agentes sociais no espaço, a sua prática espacial. Assim, dentre os diferentes grupos pode-se destacar o papel dos

jovens na cidade e sua prática espacial. Esse grupo ou segmento social usufrui da cidade e tem suas próprias impressões do espaço que vive, pois através de sua vivência e experiência no cotidiano da cidade, coletiva ou individualmente praticados, vão delineando a relação com o espaço em que vivem e deixando marcas na paisagem da cidade.

O jovem como elemento integrante na construção das práticas espaciais da cidade também percebe e mantém sua relação com os espaços de seu cotidiano. Através da forma de se organizar em determinados territórios, de influenciar e de criar determinados espaços, de usufruir de lugares específicos, de deslocar e viver na cidade vão formando sua imagem da cidade e a partir daí construindo sua prática espacial.

Os jovens, conforme Martins (2004), por fazerem parte da cidade e usufruir de seus espaços são um dos maiores alvos de ações de viés público ou privado, para conter, controlar e canalizar suas atenções conforme o objetivo que se quer alcançar com eles. Mas de maneira geral eles são alvo de rótulos quanto ao seu papel na sociedade e à sua identidade, como por exemplo, revoltados, rebeldes sem causa, etapa problemática da vida, etc.

Portanto, é importante conhecer quem são os jovens e quem é a juventude que constrói o espaço urbano, para poder realizar ações que contemplem suas necessidades específicas e atendam às demandas da sociedade de forma geral.

Martins (2004), afirma que os jovens são sujeitos que constituem a realidade e são dela constituintes, por isso são capazes de interferir e de compreender a realidade social e histórica no qual pertencem a fim de contribuir para a sua transformação. Sendo assim é um grupo da sociedade que incorpora valores, culturas, modos de vida, discursos, mas que também age no cotidiano realizando atividades, modificando espaços e agindo conforme seus objetivos e intenções, transformando a sua realidade sócio-histórica e espacial, ou seja, realizando uma prática espacial.

Para Carrano (2003), pela complexidade das cidades e das relações sociais no mundo contemporâneo, há uma demanda muito grande, para os sujeitos, de investimento no desenvolvimento de uma habilidade reflexiva sobre a realidade para poder interagir simultaneamente com os intensos fluxos de informação, comunicação e sociabilidade. Sendo assim há uma necessidade para o jovem de uma afirmação de si. Porém, segundo Martins (2004), a busca de uma identidade dentro de uma cultura urbana complexa passa por contornos específicos a partir da realidade sócio-cultural do jovem, ou seja, as experiências cotidianas do jovem no espaço urbano serão diferenciadas conforme sua classe social, renda, escolaridade, raça, sexo etc. Assim, a cultura dominante, os discursos da globalização podem interferir num tipo de prática com o espaço de forma geral para o jovem, porém as realidades sócio-históricas dos jovens também interferem na sua relação com o espaço cotidiano. A prática espacial dar-se-á, a partir da interação entre as experiências do cotidiano, ou seja, o irredutível, e a cultura da racionalidade moderna. Para se compreender como se darão essas práticas no cotidiano é necessário analisar, a partir da cidade, um tipo de segmento que dela faz uso, o migrante jovem.

O cotidiano da cidade e o migrante jovem

Um dos grupos que usa a cidade e com ela produz e reproduz seu modo de vida são os migrantes, pessoas que se deslocam de seu local de moradia e passam a morar em uma cidade devido a vários motivos que impulsionam sua mudança. Esses motivos podem estar relacionados à pressão do sistema capitalista de produção através da flexibilização do trabalho sob a égide da globalização, que força cada vez mais o trabalhador a deslocar-se para onde o capital determinar. Sobre isso Becker (1997) diz:

(...) o capital pode escolher a força de trabalho onde melhor lhe convier e da forma que lhe for ainda mais rentável, pois crescem de forma assustadora os estoques de população excedente. Esta categoria tem sido historicamente reconhecida como estrutural nas economias do Sul. (p.324)

Essa facilidade do capital em se deslocar no espaço cria um excedente populacional de excluídos, principalmente nas economias fragilizadas dos países do sul, que mudam de seus lugares de

origem, onde mantinham relações de identificação e são forçados a viverem em outras formas de organização cultural e a recriarem formas de relação com seu novo espaço de moradia. Para Santos (1997b), essa facilidade de deslocamento nunca tornou o “homem tão móvel”, por um lado isso pode acarretar em dificuldades sócio-econômicas para os migrantes e as cidades de destino, mas também, por outro lado, pode acrescentar a diversidade das cidades, pois essa mistura de indivíduos de todas as partes ascende as contradições e as diferenças sociais do espaço e contribui para a superação de uma globalização que tenta homogeneizar a cultura e os espaços.

(...) Nunca os homens foram tão móveis, nunca eles foram tão numerosos e viveram tão fora do lugar do seu nascimento. É uma enorme riqueza que hoje se verifica no mundo inteiro, sobretudo nas cidades, com a chegada de gente de outras raças, de outras religiões, de outros cheiros. Os americanos propuseram ao mundo cheirar igual, com os famosos desodorantes. Não conseguiram (SANTOS, 1997b, p. 139).

Portanto, a cidade como parte integrante desse sistema globalizador incorpora diferentes formas de apropriação, poder e prática social que são determinadas conforme o interesse de cada agente modelador e construtor deste espaço. Com tudo isso, verifica-se a necessidade de incorporar aos vários olhares da cidade o olhar do migrante, pois na sua condição de migrante, do olhar do estrangeiro a percebe de modo diferenciado e agrega aspectos distintos de apreensão da cidade que podem contribuir para uma construção de planejamentos mais democráticos e que proporcionem a cidadania a esses migrantes nos espaços da cidade.

Além de possuir uma imagem diferente ao do “antigo” residente da cidade, o migrante está em situação de transição de identidade cultural, visto que se encontra na convivência com a cultura do novo local, carregando ainda, traços da cultura de origem. Para Hall (2001), os migrantes são obrigados a negociarem com as novas culturas sem perder sua identidade completa. São pessoas que pertencem a uma cultura híbrida, ou seja, elas carregam todos os traços da sua cultura tradicional e ao mesmo tempo são o produto de várias histórias e culturas interconectadas.

A diferença é que elas não são e nunca serão unificadas no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias “casas” (e não a uma “casa” particular). As pessoas pertencentes a essas *culturas híbridas* têm sido obrigadas a renunciar ao sonho ou à ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural “perdida” ou de absolutismo étnico. (p. 88)

Para o autor as culturas híbridas representam um dos vários tipos de identidade novos na modernidade tardia. Elas representam uma das várias formas de organização espacial da sociedade dentro do sistema fragmentador da modernidade globalizante e da vida social na cidade. Para Rua (apud Vainer, 1997) sob a idéia de liberdade e igualdade do capital para o mundo globalizado, o migrante é proibido de ficar ou de entrar.

Neste mundo liberal da liberdade, muitos milhões são os deslocados compulsórios, os refugiados e expatriados, os expulsos e clandestinos, interditados de entrar, obrigados a sair, eles nos dizem de uma outra dupla dimensão da igualdade e da liberdade sob o capital; o mundo desterritorializado e sem fronteiras de uns é o mesmo mundo territorializado e guetificado por outros. No centro dos dois mundos, organizando-os e regulando suas relações, os estados e suas múltiplas agências, mais presentes do que nunca. (p. 62)

Para Haesbaert (2004), o migrante representa no mundo contemporâneo uma parcela integrante o que está em busca da integração numa (pós) modernidade marcada pela flexibilização e precarização da relação de trabalho. Ele é visto como alguém que está num processo de vários níveis de des-reterritorialização.

A migração deve ser entendida sob a diversidade de situações a qual o migrante se encontra, por isso é importante analisar que tipo de migração se está analisando. Neste sentido, Haesbaert (2004) fala:

(...) Cada uma destas situações envolve níveis de des-territorialização distintos, ligados às diferentes possibilidades que o migrante carrega em relação ao

“controle” do seu espaço, ou seja, à sua reterritorialização – o que inclui também, é claro, o tipo de relação que ele continua mantendo com o espaço de partida. (p. 247)

O migrante que se analisa neste trabalho é aquele que integra ou busca se integrar à produção social do espaço e lança seu olhar sobre a cidade, apreende sua imagem e a partir dela constrói sua prática espacial. A cidade precisa estar aberta para os grupos diversos para lhes garantir o direito de morar, de produzir e circular na cidade, ou seja, o direito a ter direito (CAVALCANTI, 2001). Assim, a cidade “sob esta perspectiva é vista como o lugar onde se produz um modo de vida. É o lugar onde se exerce no cotidiano a cidadania. Assim, interessa entender como as pessoas se deslocam pela cidade, como vivem, como produzem”. (CAVALCANTI, 2001, p. 24).

Esse grupo social, que pode ser denominado genericamente como migrante, ou seja, aquele que está em movimento, de mudança de lugar ou de moradia (SORRE, 1984), é cada vez mais numeroso e diversificado nas grandes cidades. Fazem parte desse grupo, os jovens migrantes que se deslocam para as cidades para estudarem. As cidades médias e as grandes cidades atualmente são os locais que concentram a maior quantidade de estabelecimentos de ensino, principalmente o ensino superior. Essas cidades, pelos atrativos de possibilidades de ascensão profissional, acabam gerando fluxo de pessoas, principalmente jovens, para as Universidades. Essas instituições apresentam um potencial de crescimento em uma carreira acadêmica ou profissional para os jovens ingressos.

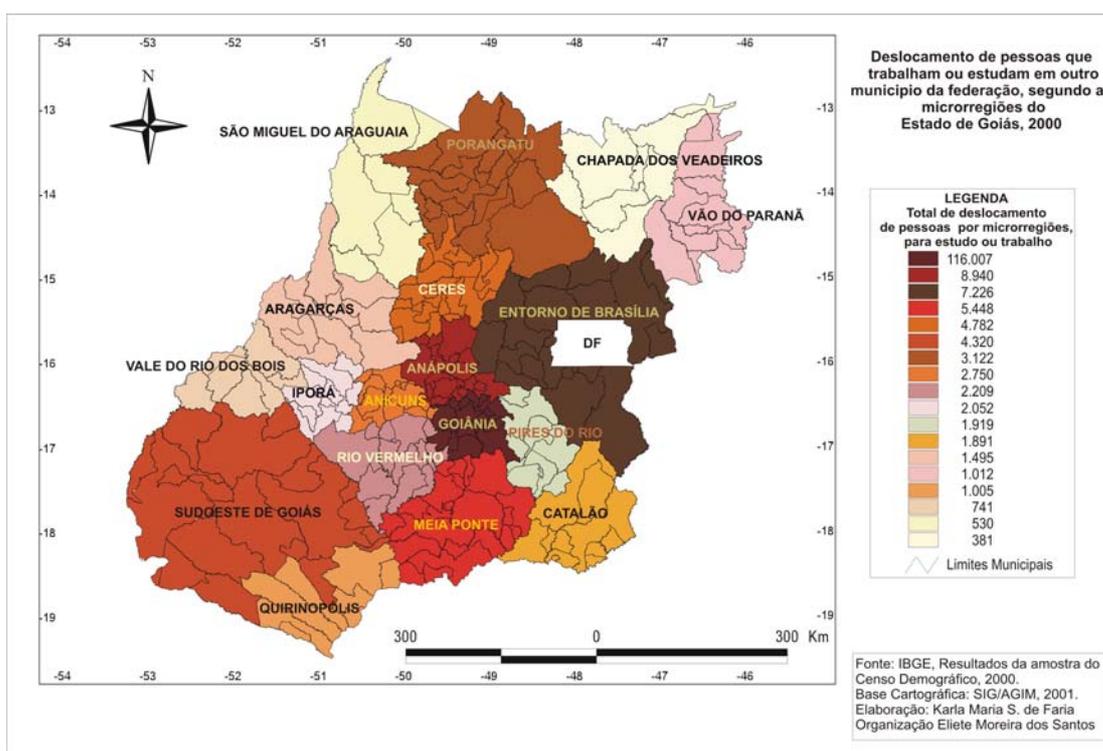


Figura 1 - Mapa de deslocamento para trabalho ou estudo em outro município da Unidade da Federação, segundo as microrregiões, GO.

Neste sentido, torna-se importante compreender o papel que Goiânia apresenta em agregar grande quantidade de migrantes de vários tipos, incluindo os migrantes que se deslocam em função dos estudos. Historicamente a migração teve papel importante no processo de crescimento demográfico de Goiás e principalmente da capital, pois devido às grandes propagandas, às políticas governamentais de interiorização do país e à inserção do Estado na economia de mercado. Estevam (2004), fala que o atrativo real para o grande fluxo migratório nos primeiros

anos de existência da capital foi a presença de grandes faixas de terras férteis e matas até então não exploradas. Assim, a cidade contou com grande número de pessoas que se deslocaram para Goiânia na oportunidade de mudança de suas vidas.

Segundo o Censo de 2000 nos deslocamentos para trabalho e estudo, a microrregião de Goiânia é a que apresenta um maior fluxo de pessoas que necessitam sair de seus municípios diariamente para realizar essas atividades na capital, reafirmando assim o papel de Goiânia na centralização de atividades desse tipo, onde mais de 100.000 pessoas fazem esse trajeto. O mapa a seguir mostra a espacialização desse deslocamento de pessoas para trabalho ou estudo em outro município de Goiás. Como se pode observar os maiores deslocamentos se dão na microrregião de Goiânia, no qual se encontram as cidades da região metropolitana, onde muitas pessoas desses municípios realizam cotidianamente um movimento pendular para a capital, espaço em que realizam suas principais atividades.

Ainda segundo a migração para Goiânia, em 1940 a cidade possuía cerca de 49.166 e passou em 2000 para 1.093.007 (IBGE, 2000), dentre estes, 101.257 de pessoas residiam no município há menos de 10 anos ininterruptos. Esse número é expressivo, pois quase 10% da população total da cidade é constituída de migrantes, por isso a necessidade de melhor atenção a esse grupo em Goiânia.

Tabela

Pessoas não naturais em Goiás segundo as Unidades da Federação segundo o lugar de residência anterior, 2000

Estado	População
Distrito Federal	175 746
Bahia	61 015
Minas Gerais	53 173
Maranhão	43 759
Tocantins	42 865
São Paulo	38 352
Pará	26 725
Piauí	25 998
Mato Grosso	23 219
Ceará	15 254
Pernambuco	9 942
Paraíba	9 338
Paraná	7 341
Rio de Janeiro	6 798
Rio Grande do Norte	6 788
Mato Grosso do Sul	6 189
Rio Grande do Sul	5 526
Rondônia	3 990
Alagoas	2 666
Santa Catarina	2 297
Amazonas	1 285
Espírito Santo	1 278
Acre	1 123
Sergipe	984
Roraima	671
Amapá	299

Fonte: IBGE, Resultados da amostra. 2000.

Esses migrantes são de diversas origens mais principalmente das cidades do interior de Goiás e dos Estados do Norte e Nordeste brasileiro. A migração é motivada por vários fatores, como trabalho, estudo, tratamentos de saúde, etc. A tabela a seguir demonstra a origem dos migrantes que se deslocam para Goiás.

A tabela demonstra que a maioria dos migrantes que vem para Goiás é de origem do Distrito Federal, depois se destacam os Estados da Bahia, Minas Gerais, Tocantins, Maranhão e São Paulo. Esses dados demonstram o papel do Estado de Goiás como um local de fluxo de migrantes e a centralidade que o Estado tem em relação aos Estados do Norte, Nordeste ao Distrito Federal. Segundo o censo de 2000 as microrregiões de Goiás que mais receberam migrantes foram o Entorno de Brasília (288.768) e Goiânia (165.976), esses migrantes são originários principalmente da região Nordeste do país, isso devido principalmente às dificuldades encontradas pelos nordestinos em seus lugares de origem, por causa das grandes desigualdades sociais e regionais que o país apresenta, que muitas vezes obriga a grande migração de nordestinos para o Centro-Sul do Brasil.

A cidade de Goiânia em relação ao Estado de Goiás representa uma grande atração em relação às instituições superiores. Em 2005, Goiânia concentrava 22 das 63 instituições de ensino superior (IES) e faculdades privadas e 7 das 44 instituições públicas (SUES/SECTEC, 2006) do Estado de Goiás. Na Universidade Federal de Goiás, no ano de 2005, 88,49% dos estudantes classificados tinha idade entre até 17 anos e 25 anos, dentre esses 35,21% eram estudantes que residiam nos municípios do interior do Estado e deles 7,45% eram residentes dos municípios da região metropolitana, ou seja, migrantes pendulares. (Centro de Seleção da UFG, 2005). Esses dados gerais indicam a participação da cidade no processo de direção dos fluxos migratórios em função de estudos.

Assim, observa-se que a migração para Goiânia para fins de estudo é constituída, especificamente na UFG por migrantes e para que Goiânia atenda a esses migrantes é preciso que ela os conheça e que os migrantes também a conheçam. É necessário haver uma inter-relação de saberes, para constituir e construir formas mais democráticas de acesso dos migrantes à cidade e de se construir, a partir da gestão pública, instrumentos que alcancem os anseios desse grupo.

Carrano (2003), ao discutir sobre a juventude e a cidade, compreende que existe uma dimensão educadora neste espaço, pois a cidade necessita de lugares em que a sociedade aprenda sobre ela e a apreenda. Esses espaços não são alvo apenas de operações de ações racionalizantes, mas também são espaços de possibilidades de organização democrática, em que os cidadãos podem se conhecer e trocar experiências, que resultam no aprendizado de suas realidades concretas.

Ao reconhecermos que os espaços reais das cidades não são apenas resultantes de operações estratégicas, de decisões políticas, ou mesmo da ação de racionalizações tecnocráticas, buscamos evidenciar as possibilidades de que a ação transformadora da realidade possa ser processada nas relações de cidadania ativa dos habitantes das cidades... a organização democrática de espaços e tempos das cidades identifica-se com a instauração de práticas educadoras orientadas para a produção continuada do humano segundo as necessidades sociais concretas e as trocas comunicativas que produzem os sentidos culturais (CARRANO, 2003, p. 26 e 27).

Esse aprendizado da cidade se dá na prática espacial cotidiana que cada cidadão realiza em suas diversas atividades, tanto habituais quanto nos momentos de lazer, e tanto em nível individual quanto coletivo. O migrante enquanto indivíduo que participa da cidade a partir de sua prática espacial vai construindo seu aprendizado da cidade e assim formando uma imagem e um imaginário da cidade no qual vive.

A imagem da cidade pelo migrante jovem

As imagens são construídas por práticas sócio-espaciais individuais e coletivas de sujeitos que produzem um modo de vida, de idéias e valores, lutas, sonhos, projetos (CARLOS, 1994). E construídas a partir da busca ao direito à cidade, a um outro espaço a ser vivido como seu lugar, a um espaço que compreende a multiplicidade da vida humana.

Para Arrais (2001, p. 220) a "imagem da cidade partindo das práticas espaciais, o que não exclui as relações subjetivas e emotivas entre os indivíduos, nos faz pensar em dois aspectos do espaço urbano que Corrêa (1989) adjetivou de 'fragmentariedade' e 'articularidade'".

As imagens que cada um tem da cidade são permeadas por um conjunto de vários agentes do espaço, como a mídia, os gestores, os planejadores, imobiliárias, e mesmo pela própria população que participa desse espaço. O jovem como elemento integrante na construção das práticas espaciais da cidade também percebe e mantém sua relação com os espaços de seu cotidiano. Através de sua forma de se organizar em determinados territórios, de influenciar determinados espaços, de usufruir de lugares específicos, de deslocar e viver na cidade vai formando sua imagem da cidade e construindo a partir daí sua prática espacial.

As imagens e discursos da cidade são construídos pelas ideologias dominantes (Estado, publicidade) e pelos cidadãos. São duas formas articuladas e contraditórias de imagens para apreender a totalidade da cidade. Entretanto, a imagem da cidade que prevalece no contexto urbano é a homogeneizadora, que toma a parte da realidade e a considera como um todo, fazendo um jogo metonímico dos fatos. Desta forma, Arrais (2001, p. 222) faz referência à “representação metonímica e neutra da cidade a partir de locais específicos... essa é uma das formas de reprodução das relações sociais, que é fetiche, pois procura apresentar a mercadoria sem as contradições que estão impressas na sua produção”.

Os migrantes são agentes das práticas sociais no espaço constroem sua espacialidade nos espaços de origem e nos espaços de destino, em cada um realizam suas produções e manifestam sua cultura através de sua relação cotidiana com o espaço. Essa relação será mais ou menos intensa dependendo da forma como o espaço é apropriado e de como ele é visto pelo migrante. O migrante jovem através de sua vivência, de sua forma de apropriação, das ações que desenvolve no espaço urbano da cidade de destino e dos imaginários que dela produz, constrói sua prática espacial.

As relações com o espaço são mais intensas e possuem um valor afetivo para as pessoas segundo a forma como esse espaço é apropriado e dotado de sentidos para quem o ocupa. Mas, para que haja um valor simbólico que consiga transformar o espaço de relação cotidiana em seu lugar é preciso que em contrapartida esse espaço tenha uma paisagem e um arranjo dos objetos que permita o acesso, a circulação, a moradia, o direito ao seu uso. Ter acesso a esses elementos do espaço é permitir o direito à cidade, pois a partir da acessibilidade a eles é que o contato das pessoas com o ambiente em que convivem cotidianamente torne-se mais ou menos intensa e forme uma relação simbólica com o espaço, e assim também se construa espaços de identificação e controle.

O direito à cidade corresponde à dimensão cidadã do espaço através de formas democráticas de acesso. O migrante jovem por fazer parte dos grupos sociais da cidade necessita também de seu direito à cidade para a construção de uma prática espacial cidadã que se dará nas relações que mantém no cotidiano e a partir de uma imagem do espaço no qual convive.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imagem pode ser uma das possibilidades de formação de uma prática espacial, visto que a partir delas o migrante tem um universo de informações, visões da paisagem, de concepções e ideologias do espaço. A construção de uma prática espacial se realizará pelo que ele absorve dessas imagens no cotidiano e a partir delas apreende determinados lugares da cidade que farão ou não parte de sua relação espacial. Entretanto, essas imagens não são neutras, há uma dimensão político-ideológica que através das imagens podem criar um modo que não corresponda à realidade concreta, ou seja, as imagens são carregadas de intenções e idéias para quem as cria, em que uma parte da realidade é tomada para representar uma concepção homogênea do espaço.

Entretanto, para se entender a relação da imagem do espaço para o migrante, é preciso, mais do que procurar uma imagem da cidade para o migrante, ir além das sensações que o lugar de destino lhe oferece. É necessário, a partir da imagem, buscar a compreensão da relação do novo habitante com o espaço, pois nela poderão ser encontradas as formas sociais, culturais e econômicas que fazem manter seus laços com o local de escolha da migração tornando esse local um espaço de identificação e reconhecimento, ou seja, o seu lugar.

REFERÊNCIAS

- ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. Goiânia: as imagens da cidade e a produção do urbano. In: Cavalcanti, Lana de Souza (org). **Geografia da cidade**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.
- BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: Castro, Iná Elias de. Gomes, Paulo César da Costa. Corrêa, Roberto Lobato (org). **Explorações Geográficas. Percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Uma leitura sobre a cidade. **Cidades: Revista científica/ Grupo de estudos urbanos**. n.1, vol. 1, Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004.
- _____, Repensando a Geografia urbana: uma nova perspectiva se abre. In: _____.(org). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.
- CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventudes e cidades educadoras**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia da cidade**. Goiânia: Alternativa, 2001.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.
- ESTEVAM, Luís. **O tempo da transformação**. Estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. Goiânia: Ed. UCG, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- IBGE, Censo Demográfico, 2000.
- LEFEBRVE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- MARTINS, Wilmont de Moura. **“Trilhas Juvenis”. Uma análise das práticas espaciais dos jovens em Goiânia**. Goiânia, 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás.
- MOYSÉS, Aristides. **Goiânia, metrópole não planejada**. Goiânia: Ed. UCG, 2004.
- OLIVEIRA, Maria das Mercedes Brandão de. **A praça em suas múltiplas dimensões espaciais: o desvendar das similaridades e diversidade de praças goianienses**. Goiânia, 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás
- PAULA, Flávia Maria de Assis. **Descentralização e Segregação Sócio-Espacial em Goiânia: uma análise da centralidade dos setores Bueno, Oeste e Marista**. Goiânia, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás.
- RUA, João. Repensando a Geografia da população. **GEUERJ. Revista do Departamento de Geografia**. n.1. p. 57 – 72, janeiro, 1997.
- SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: _____. *et all* (org). **O novo mapa do mundo: Fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997 a.
- _____. As cidadanias mutiladas. In: GERNER, Julio. **O preconceito**. São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 1996/1997b.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997c.
- SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, SUPERINTENDÊNCIA DE ENSINO SUPERIOR. **Plano Diretor para a Educação Superior no Estado de Goiás 2006-2015**. Goiânia: SECTEC, 2006.
- SORRE, Max. **Geografia**. São Paulo: Ática, 1984.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Pró-Reitoria de Graduação. Centro de Seleção. **Relatório Processo Seletivo, 2005**. Estatística do Questionário Sócio-Econômico-Cultural. 08 de março de 2005.